

**A hipótese da cidade imóvel.
Itinerários urbanos numa perspectiva comparada**

Frédéric Vidal
CEHCP-FCT

“imaginaste um país imóvel devorado pelo sol
e o arpejo do canto espalhou-se pelas ruas
onde o tempo passa lento e branco em direcção
a outro tempo igual”
Al Berto, Excerto de “lisboa (3)”, *Horto de Incêndio*,
Lisboa, Assírio & Alvim, 1997

A reconstituição de percursos individuais dentro dos espaços urbanos foi durante as últimas décadas uma das grandes apostas da história social da cidade. Esta linha de investigação inspirou-se em várias tradições historiográficas: uma história social que se distanciava das categorias históricas tradicionais (o operariado, as classes, a família, etc.); uma sócio-história americana precursora no domínio dos estudos das mobilidades sociais; mas também a micro-história ou micro-análise, conceptualizada nomeadamente por historiadores italianos nos finais dos anos 70, que permitiu repensar as relações entre comportamentos individuais e fenómenos sociais gerais, ou seja, entre objectos como o “indivíduo” e a “sociedade”. O sucesso da micro-análise na história social, e em particular na história social da cidade, permitiu introduzir novos objectos de estudo e novos questionamentos acerca da evolução das sociedades contemporâneas. Hoje em dia, são poucos os que põem em questão o potencial heurístico deste tipo de estudo. Fica no entanto aberto o debate acerca do valor ou da representatividade dos resultados¹. Um dos problemas postos pela micro-análise é a dificuldade de comparar no tempo – entre vários períodos – e no espaço – entre diferentes localidades, regiões ou países – resultados obtidos através de procedimentos de investigação bastante diferenciados, tanto do ponto de vista dos modos operatórios como dos contextos sociais estudados. No campo das ciências sociais, saber se é legítimo ou válido adoptar uma perspectiva comparativa não é questionamento próprio dos historiadores. Todavia, ao contrário da sociologia ou da antropologia, que chegaram a fazer da comparação entre as sociedades

¹ Estas questões fizeram o objecto de várias publicações. Podem-se encontrar alguns balanços em: Jacques Revel (ed.), *Jeux d'échelles. La micro-analyse à l'expérience*, Paris, Hautes Études/Gallimard/Le Seuil, 1996, 242 p.; Carlo Ginzburg, Edoardo Grendi, Jacques Revel, “Sulla Microstoria”, *Quaderni Storici*, n.º 86, 1994, pp. 511-575.

um dos objectos da sua disciplina, a historia raramente procurou estabelecer regras gerais sobre o funcionamento das sociedades humanas². Claro está, a abordagem comparativa sempre esteve presente na história, designadamente nas grandes sínteses que fizeram, e fazem, o sucesso público da disciplina. Para além disto, a constituição de uma comunidade científica internacional banalizou as operações de confronto entre os resultados da investigação. A comparação em história nasce sobretudo de uma prática ligada às formas de trabalho individual ou colectivo. Parte importante do trabalho dos historiadores é dedicada à leitura de estudos de carácter histórico. Todos os historiadores tentam situar-se num conjunto de investigações múltiplas, mais ou menos afastadas dos seus centros de interesse. No melhor dos casos, existe uma preocupação de abertura internacional, sendo geralmente valorizado o procedimento pela comunidade. Mais do que uma comparação entre evoluções ou fenómenos históricos, trata-se de estabelecer ligações entre investigações diversificadas com o objectivo de garantir uma certa dimensão colegial aos debates.

Contudo, no domínio da história urbana, os objectivos científicos da comparação estão por vezes bastante relativizados. Recentemente na introdução a uma história da Europa urbana, publicada em França, assumiu-se que “a abordagem comparativa privilegia as regularidades e minimiza as particularidades”³. Comparar em história significaria então simplificar ou considerar as evoluções sociais à distância, sem procurar integrar os casos particulares, isto é, por hipótese, pouco frequentes. Logo, quando se sabe o lugar ocupado pelos estudos das “margens” ou dos “casos excepcionais” na renovação da história – a *microstoria* é apenas um dos exemplos mais apurados, pode-se também pensar nos debates em torno do regresso da história narrativa –, é difícil conceber uma história social que se satisfaz com a reconstituição de situações médias.

A abordagem comparativa coloca a questão das relações entre processos ou factos sociais e contextos. Esta questão apresenta-se de maneira bastante diferente em função das escalas de análise escolhidas. Este artigo não tem por objectivo discutir este vasto problema de âmbito epistemológico. Partindo de uma breve consideração geral acerca das relações entre comparação e escala de análise, gostaria apenas de propor algumas

² Sobre as relações entre história e antropologia ver: E. E. Evans-Pritchard, “Anthropology and History”, em *Social Anthropology and other essays*, London, Faber and Faber, 1962 (Para a tradução espanhol: “Antropologia e Historia”, em *Ensayos de Antropología Social*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1978, pp. 44-67). Agradeço a Graça Índias Cordeiro por me ter assinalado esta referência.

³ Jean-Luc Pinol (dir.), *L'histoire de l'Europe urbaine*, Paris, Seuil, 2003, p. 9.

soluções operativas, com base em resultados de uma investigação sobre os habitantes do bairro de Alcântara, em Lisboa, na primeira metade do século XX⁴. O encaminhamento da reflexão é simples embora talvez pouco habitual: como uma hipótese arrojada, e provavelmente em parte errada, acerca da estabilidade residencial da população lisboeta na primeira metade do século XX, conduz a um questionamento interessante em torno da comparação das sociedades urbanas na época contemporânea.

1. Comparação e escala de análise

Já é longa a história da relação dos historiadores com a análise comparativa. Existe, na verdade, uma extensa tradição de textos programáticos e de apelos à promoção do uso mais sistemático do método comparativo⁵. Os debates constituíram-se sobretudo em volta da questão da proximidade ou da distância entre sociedades ou universos sociais comparados. Trata-se de determinar se, do ponto de vista científico, o mais fundamentado é comparar sociedades distantes no tempo ou no espaço através questionamentos semelhantes, ou comparar o comparável, confrontando na análise universos vizinhos como o defendia Marc Bloch⁶. Limitando-se a questionar as possibilidades de comparação das sociedades urbanas contemporâneas, sociedades *a priori* vizinhas, um outro ponto parece mais determinante: é o da escala de análise. A partir das diferentes experiências conduzidas pelos historiadores, permanece a ideia de que a abordagem comparativa não tem o mesmo conteúdo e conduz a problemáticas bastante diferentes em função da escala de análise inicialmente escolhida. O problema é saber se existem escalas mais apropriadas ao olhar comparativo em geral e qual a especificidade dos estudos urbanos na matéria.

Numa perspectiva macro-histórica, compara-se, na maior parte das vezes, situações ou evoluções observadas em quadros nacionais. A dependência dos historiadores em

⁴ F. Vidal, *Les habitants d'Alcântara au début du XX^e siècle. Identités, proximités et distances sociales dans un quartier industrialisé de Lisbonne*, Thèse de Doctorat d'Histoire de l'Université Lumière Lyon 2, 2003, 3 volumes, 635 p.

⁵ Algumas referências: Marc Bloch, "Pour une histoire comparée des sociétés européennes" [1928], *Mélanges historiques*, Paris, EHESS, 1983, vol.1, pp. 16-40; W.H. Sewell Jr., "Marc Bloch and the logic of Comparative History", *History and Theory*, VI, 1967, n.º2, pp. 208-218; "AHR Forum – Comparative History in Theory and Practice, a Discussion", *American Historical Review*, 1982, n.º1, pp. 137-143; e o dossier: "L'exercice de la comparaison", em *Annales HSS*, 2002, n.º1. Uma boa síntese dos modos de encarar a comparação em história encontra-se em: Nancy L. Green, *Repenser les migrations*, Paris, PUF, 2002, 138 p. (ver o primeiro capítulo "De la comparaison", pp. 7-21)

⁶ Lucette Valensi, "L'exercice de la comparaison au plus proche, à distance: le cas des sociétés plurielles", *Annales HSS*, janvier-février 2002, n.º1, pp. 27-30.

relação ao modo de organização dos arquivos e das fontes acaba por reforçar esta vertente⁷. Tal abordagem conduz geralmente a discussões complexas acerca das categorias, nomeadamente das categorias estatísticas, pelas quais são penosamente definidas correspondências de um país ao outro ou de uma época à outra. Da comparação de grupos ou de factos sociais – os empregados, a burguesia, a urbanização, etc. – passa-se ao estudo das taxinomias ou das práticas administrativas públicas no domínio da observação estatística da sociedade⁸. São hoje em dia numerosos os estudos que desenvolvem com sucesso comparações à escala nacional. A prática mais comum dos historiadores é, segundo a expressão de Marcel Detienne, “construir comparáveis”⁹. A história social à escala macro encontrou aqui novos rumos. Trata-se de repensar as histórias nacionais, através novas categorias ou novos objectos definidos em função desta perspectiva comparativa. Os estudos de Christophe Charles sobre os “intelectuais” ou a “crise das sociedades imperiais” ilustram bem o interesse da história comparada entre sociedades europeias¹⁰. Este autor utiliza o método comparativo como meio de distanciação em relação a uma historiografia demasiado nacional. A comparação é concebida como “um primeiro passo com vista a alterar o nosso próprio olhar sobre nós mesmo”¹¹. A história comparada das sociedades alemãs, inglesas e francesas, durante as primeiras décadas do século XX, é possível através do uso do conceito novo de “sociedades imperiais”. Apenas estes três países correspondem plenamente a tal noção de sociedade imperial. Assim, estas sociedades são observadas através dos seus traços morfológicos comuns. O olhar comparativo permite então analisar e reavaliar as múltiplas mudanças que sofreram durante as primeiras décadas do século XX. Mudanças que, no caso da França e sobretudo da Alemanha, conduziram a um verdadeiro desmoronamento. Uma demonstração implacável da validade do projecto comparativo ao serviço de um questionamento transversal.

As monografias à escala local ou regional oferecem por natureza mais resistências à comparação. Descrevem, o mais minuciosamente possível, situações sociais definidas a partir das suas singularidades. Aqui, a noção de contexto acaba por invadir a totalidade

⁷ Sobre a relação entre a prática e a determinação dos objectivos e das formas da investigação histórica: Jacques Revel, “Au pied de la falaise: retour aux pratiques”, *Le Débat*, n.º103, 1999, pp. 154-161.

⁸ Simon Szreter, Hania Sholkamy and A. Dharmalingam (ed.), *Categories and contexts. Anthropological an historical studies in critical demography*, Oxford University Press, 2004, 407 p.

⁹ Marcel Detienne, *Comparer l'incomparable*, Paris, Le Seuil, 2000, 140 p.

¹⁰ Christophe Charle, *Les intellectuels en Europe au XIXe siècle, essai d'histoire comparée*, Paris, Le Seuil, 2001, 452 p. (1ª edição 1996); do mesmo autor: *La crise des sociétés impériales. Allemagne, France, Grande-Bretagne 1900-1940. Essai d'histoire sociale comparée*, Paris, Le Seuil, 2001, 529 p.

¹¹ C. Charle, *La crise...*, op. cit., p. 13.

da demonstração. A síntese a uma escala maior é encarada apenas através de procedimentos bastante rudimentares que consistem em juntar diferentes partes para reconstituir uma totalidade. Assentar a análise na descrição de caracteres ou, para usar as palavras de Maurice Agulhon, de “temperamentos regionais”, implica estabelecer diferenças, muitas vezes de ordem quantitativa, para explicar comportamentos ou evoluções sociais ou políticas. Por exemplo, é com o estudo da evolução das formas de sociabilidade nas pequenas cidades do sul da França que Maurice Agulhon determinou a especificidade de um “temperamento regional”. Segundo esta tese, a Provença conheceu uma forte adesão às ideias de 1848 por ser uma sociedade mais aberta, estruturada em torno de práticas de sociabilidade mais ricas e integradoras do que noutras regiões¹². Comparar, neste caso, consista então em classificar e hierarquizar, distinguir sociedades arcaicas e modernas, desenvolvidas e subdesenvolvidas, simples ou complexas... Daí os limites: “classificar é desclassificar, é também indicar um regime normal, em relação ao qual os outros regimes são desvios à norma, descritos em termos de défices ou de excessos. A adição acaba por ser subtração, e a operação taxinómica exercício de exclusão”¹³.

A micro-análise, ao contrário das monografias, procura estabelecer leis mais gerais do funcionamento e da evolução das sociedades. Qualquer que seja o papel atribuído à análise micro – pôr em evidencia os verdadeiros fundamentos da estruturação do social e enriquecer os modelos tradicionais identificados numa escala maior, jogando então com a passagem do macro para o micro¹⁴ – são, com efeito, observações de índole geral e de alguma forma descontextualizadas que são elaboradas. A questão do contexto intervém, no entanto, nos modos operatórios. As escolhas de objectos e sobretudo de fontes privilegiam um certo tipo de terreno. Não é por acaso que a micro-história abordou sobretudo a história das “pequenas comunidades” rurais (as aldeias) ou urbanas (os bairros). Trata-se de reconstituir, o mais finamente possível, redes de relações densas centradas em alguns indivíduos, as quais apenas fontes excepcionais permitem realçar. Relações densas mas também densamente documentadas. A situação

¹² Maurice Agulhon, *Pénitents et francs-maçons de l'ancienne Provence: essai sur la sociabilité méridionale*, Paris, Fayard, 1968, 452 p. Maurice Agulhon fez ele próprio a crítica desta abordagem, apontando os limites. Ver por exemplo: “La sociabilité est-elle un objet d’histoire ?”, em Etienne François (dir.), *Sociabilité et Société Bourgeoise en France, Allemagne et en Suisse (1750-1850)*, Paris, Edition Recherche sur les Civilisations, 1986, pp. 13-23.

¹³ Lucette Valensi, “L’exercice de la comparaison...”, op. cit., p. 29.

¹⁴ Jacques Revel “Micro-analyse et construction du social”, em Jacques Revel (dir.), *Jeux d’échelle...*, op. cit., pp. 15-36.

excepcional do arquivo italiano da época moderna foi fundamental no desenvolvimento e no sucesso desta corrente historiográfica.

Logo, o método comparativo convida a distanciar-se das classificações demasiado rígidas e a repensar os modos operativos dos historiadores. Reencontramos aqui duas vertentes da evolução recente da história social da cidade. A questão da escala de análise mais apropriada fica porém incerta. Entre o macro e o micro podemos distinguir um outro nível de análise, diferente também da abordagem monográfica. No final, os níveis de análise intermediários de tipo meso-social ou supra local, nem demasiado generalizados nem específicos ou contextualizados, parecem corresponder melhor às exigências do projecto comparativo. Este nível de análise é o das redes, das interacções interpessoais, consideradas não tanto do ponto de vista dos indivíduos (do ego), mas antes dos modos de inserção nos meios e nos espaços sociais. A ideia é captar a diversidade dos itinerários e dos comportamentos individuais sem isolar as informações dos contextos sociais e das situações envolventes¹⁵. Esta escala de análise é particularmente eficiente na história social das grandes cidades. Permite considerar o sistema urbano na sua totalidade sem reificar nenhum componente ou actor. É a esta escala que quis estudar os habitantes do bairro de Alcântara em Lisboa, debruçando-me sobre a relação entre indivíduos, comportamentos e situações individuais, e meios sociais.

2. O modelo da estabilidade residencial

No meu estudo sobre os habitantes de duas ruas de Alcântara – a Rua da Cruz e a Rua Feliciano de Sousa –, entre 1900 e 1940, fui rapidamente alertado por uma percepção de grande estabilidade residencial da população¹⁶. Os registos de baptismo e de nascimento constituíam a minha fonte principal. Debruçava-me sobre o percurso dos pais dos recém-nascidos. O meu raciocínio baseava-se na comparação entre o lugar de nascimento ou de baptismo e o lugar de residência na idade adulta no momento do nascimento da criança. Nos anos 1900, quase um em cada dois lisboetas de raiz tinha nascido na freguesia de Alcântara. Esta proporção aproximava-se de 60% nos anos 30.

¹⁵ Para uma apresentação da perspectiva situacional nos estudos urbanos ver por exemplo: Michel Agier, “Les savoirs urbains de l’anthropologie”, *Enquête*, n.º4, 1996, pp. 35-58.

¹⁶ Para uma apresentação geral do estudo: F. Vidal, “Proximidades e distâncias sociais num bairro industrial de Lisboa no início do século XX: os universos relacionais de alguns moradores de Alcântara” em Benedicta Maria Duque Vieira (org.), *Grupos sociais e estratificação social em Portugal no século XIX*, Lisboa, Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, 2004, pp. 65-77.

Em relação ao conjunto do *corpus* reunido, entre um quarto e um terço dos habitantes das duas ruas estudadas morava, na idade adulta, na sua freguesia de nascimento. Outros indícios viriam corroborar esta primeira impressão. Apesar de um dispositivo de pesquisa relativamente simples, e concentrando-me unicamente nos registos paroquiais e civis da freguesia de Alcântara, foi relativamente fácil reconstituir fragmentos de relações de parentesco, cruzando registos de baptismo e de nascimento e, por vezes, de casamento. A partir das informações declaradas – quando o padrinho ou a madrinha é apresentado como sendo tio ou tia da criança – ou com base em indícios de tipo patronímico, cheguei a localizar um familiar para cerca de um quinto – no início do século XX – e um terço – nos anos 30 – dos indivíduos (pais ou mães) do *corpus*.

Estas informações são tributárias do acaso ou de lógicas escondidas do acto declarativo, lógicas que dificilmente podem ser integralmente restituídas¹⁷. Era difícil avaliar o grau real de combinação entre relações de parentesco e vizinhança. Pelo menos, entre um quinto e um terço dos habitantes das duas ruas tinham parentes que moravam perto deles. A observação à escala dos casais fazia conseqüentemente aumentar esta proporção. Todavia, nesta fase da análise permanecia ainda desconhecido o real modo de ocupação do espaço urbano: uma estabilidade residencial perceptível ao nível das redes de parentesco (?); segundo qual proporção e duração no tempo (?); durante apenas parte do ciclo de vida (?); uma ou varias gerações?

O meu método de observação era, na verdade, bastante rudimentar. Os registos paroquiais ou civis não são fontes apropriadas para o estudo das mobilidades residenciais. No âmbito de uma investigação solitária, é quase impossível encarar o seguimento longitudinal dos percursos individuais e familiares. Além da questão da realização prática da investigação, as informações disponíveis não permitem seguir o pormenor dos itinerários dos indivíduos dentro e fora da cidade ao longo da primeira parte da vida, entre a infância e a idade adulta. O lugar de nascimento e o lugar de residência habitual dos pais no momento do nascimento podem ser distintos. Com esta metodologia, este estudo tinha de se limitar a analisar origens e eventualmente fluxos migratórios globais, ficando pouco claras as mobilidades ao longo dos ciclos de vida. Na realidade, com esta fonte, estamos mais aptos para compreender as lógicas e as formas de estabilidades residenciais do que as das mobilidades. Porém, no início da

¹⁷ Uma tentativa no caso das declarações da profissão: F. Vidal, “Factores de diferenciação social em Alcântara no início do século XX. A análise de uma lista de declarações profissionais”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º45, 2004, pp. 53-70.

análise das informações recolhidas, fiquei com a impressão geral de estabilidade residencial de uma parte substancial da população estudada. A escolha das ruas poderia ter sido posta em causa. Esta escolha justificava-se apenas pela densidade populacional, particularmente forte nesta zona de Alcântara. Poderia tratar-se de um caso particular, pouco representativo dos modos de habitar em Lisboa ou até em Alcântara no início do século XX. Uma rápida sondagem doutras ruas de Alcântara confirmou, no entanto, a minha primeira impressão.

Assim, durante algum tempo, pensei encaminhar a minha investigação na hipótese de uma mobilidade residencial débil da população lisboeta. Estudos conduzidos noutros bairros da capital portuguesa confortavam-me com a ideia de que alguns espaços lisboetas podiam ser caracterizados por modos de habitar específicos. O modelo de “sociedade de bairro” elaborado pelo sociólogo António Firmino da Costa, no seu estudo sobre Alfama, surgiu aqui como ponto de referência¹⁸. A “sociedade de bairro” pode ser definida como um quadro espacial de interacção social e cultural, de intercâmbio e de transmissão. Trata-se de uma forma social complexa, aberta sobre o exterior. António Firmino da Costa insiste sobretudo sobre as diversidades e as flexibilidades das ligações ao território residencial. Neste estudo, mais do que a estabilidade residencial, são as estratégias migrantes que são focadas. Os novos migrantes, longe de romperem a relação com a região de origem, procuram desenvolver as suas estratégias de vida, jogando segundo a expressão do autor “um xadrez em dois tabuleiros”, isto é Alfama e a aldeia de partida, o concelho de Pampilhosa da Serra neste caso¹⁹. A “sociedade de bairro” descrita por António Firmino da Costa é o resultado do encontro entre trajectórias individuais ou familiares diversificadas. Todavia, a sua própria existência supõe um certo grau de estabilidade residencial, durante um período importante do ciclo de vida, para um grupo suficientemente relevante de habitantes do bairro em questão. É pelo menos uma das interpretações que podemos dar a este modelo. Esta configuração social não é específica da sociedade lisboeta. Mas em Lisboa parece mais durável, não tanto ligada a uma fase da história da cidade tal como o início da era industrial. Em Lisboa, as “sociedades de bairro” não existem apenas nos espaços

¹⁸ António Firmino da Costa, *Sociedade de bairro*, Oeiras, Celta Editora, 1999, 539 p.

¹⁹ Op. cit., pp. 245-265.

operários tradicionais do século XIX²⁰. Perduram o longo do século XX, postas em relevo por práticas festivas ou culturais²¹.

Alcântara tem pouco a ver com este modelo de “sociedade de bairro”. Segundo os censos, nos anos 30, a freguesia de Alcântara, que corresponde mais ou menos ao que é tradicionalmente designado como o bairro de Alcântara, conta com mais de 30 000 habitantes. É difícil de ultrapassar estas diferenças de tamanho, de densidade populacional, e de diversidades internas, em relação a bairros como a Bica ou Alfama, que até hoje serviram de modelo para as descrições mais sistematizadas deste tipo de configuração social²². No entanto, neste pedaço de Alcântara que eu estudava, parecia que era possível apreender percursos de vida, redes relacionais que, por uma grande parte, se inscrevem num espaço urbano bastante bem delimitado.

Lisboa, cidade imóvel? A partir desta hipótese, de uma relativa estabilidade residencial da população lisboeta, era aliciante interrogar-se acerca da existência de um modelo de evolução das sociedades urbanas dos países ditos semi-periféricos. Tratava-se então de retomar algumas das conclusões mais sólidas dos estudos que, adoptando a linha da *New Urban History Americana*, encaravam a cidade como o quadro primordial onde se desencadeavam grande parte dos processos de mobilidades sociais²³. Sociólogos e historiadores americanos estudaram principalmente mobilidades sociais entre as gerações. As interacções entre vida urbana, estrutura das famílias e percursos profissionais ficaram no centro das suas análises²⁴. As técnicas da micro-análise abriram todavia novos caminhos, ligando mais directamente percursos profissionais e diferenças nas maneiras de viver na cidade sensíveis, nomeadamente, através dos perfis dos itinerários residenciais. A grande cidade dos séculos XIX e XX é o espaço onde se

²⁰ Para as grandes cidades do início do século XX, a ideia mais defendida é a de que a ligação com o bairro permanece sobretudo nos trabalhadores sem qualificação. Este grupo tem interesse em fixar a sua residência num espaço bem delimitado para que possa beneficiar das redes de interconhecimento afim de encontrar trabalho. Ver Susanna Magri e Christian Topalov (dir.), *Villes ouvrières 1900-1950*, Paris, L'Harmattan, 1989, 239 p. Nesta recolha: S. Magri e C. Topalov, "Pratiques ouvrières et changements structurels dans l'espace des grandes villes du premier XXe siècle. Quelques hypothèses de recherche", pp. 17-40.

²¹ Graça Índias Cordeiro, *Um lugar na cidade: quotidiano, memória e representação no bairro da Bica*, Lisbonne, Publicações Dom Quixote, 1997, 414 p.

²² Graça Índias Cordeiro, António Firmino da Costa, “Bairros: contexto e intersecção”, em Gilberto Velho (dir.), *Antropologia urbana*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999, pp. 58-79.

²³ Theodore Hershberg, "The New Urban History", *Journal of Urban History*, 5, 1978, pp. 3-40; Stephan Thernstrom, "What Was the 'New Urban History' All About?", em Howard P. Chudacoff, (ed.), *Major Problems in American Urban History*, Lexington, MA. D.C. Heath and Company, 1994, pp. 15-21.

²⁴ Ver por exemplo o clássico de Richard Sennett, *Families against the city; middle class homes of industrial Chicago, 1872-1890*, New York, Vintage Books, 1974 (1970), 258 p.

acumulam as tensões da modernidade²⁵. Percursos sociais individuais, dinâmicas relacionais, e modos de habitar na cidade conjugam-se para formar meios sociais complexos e instáveis. Estes lugares dos possíveis favorecem as mobilidades sociais tanto quanto mais são marcados por uma brassagem importante de população: mobilidades residenciais e mobilidades sociais podem estar, em certas condições, intimamente ligadas. Na Lisboa do primeiro século XX, a relativa estabilidade dos meios urbanos poderia então ser analisada como a tradução ao nível local da lentidão e dos limites dos processos de transformação da sociedade portuguesa na época contemporânea. A industrialização esporádica e circunscrita no espaço não teria provocado as grandes transformações observadas noutros sítios.

Esta hipótese implica uma comparação implícita entre formas de habitar na grande cidade: em Lisboa, as populações teriam geralmente estabelecido uma ligação mais estável e mais durável com o seu espaço residencial, segundo um modelo bastante diferente do de Turim, de Maurizio Gribaudi, ou do de Lyon, de Jean-Luc Pinol²⁶. Passo rapidamente sobre os problemas colocados pela noção de país semi-periférico e pelas abordagens que vêm nas relações entre escalas de análise apenas uma relação de causa e efeito, procurando ao nível local os resultados ou as causas de um contexto perceptível à escala nacional. Limito-me aqui a discutir duas questões: será que é possível comparar meios urbanos em função do critério da estabilidade residencial? Será que é possível definir uma grelha de leitura comum a percursos sociais que se inscrevem em contextos diferentes?

Chega-se ao âmago do problema. A abordagem comparativa implica de certa maneira modelar contextos sociais, isto é, conseguir extrair algumas características essenciais com base num número limitado de parâmetros. Num primeiro tempo, comparar graus de mobilidade residencial significa então situar este comportamento social individual em relação a um conjunto de constrangimentos e de estímulos externos. A lista de parâmetros que poderiam ser tomados em conta é extensa. É possível citar, entre outros, as inter-relações entre os diferentes espaços da cidade (as conexões entre bairros, centro e periferias, etc.); as características arquitectónicas dos alojamentos; as formas de renovação do parque imobiliário (as iniciativas privadas de construção e, pelos períodos mais recentes, as políticas públicas); os estatutos jurídicos

²⁵ A expressão é do Jean Rémy.

²⁶ Maurice Gribaudi, *Itinéraires ouvriers. Espaces et groupes sociaux à Turin au début du XXe siècle*, Paris, Éditions de l'École des Hautes Études Sociales, 1987, 264 p.; Jean-Luc Pinol, *Les mobilités de la grande ville*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1991, 431 p.

de ocupação de alojamento (as repartições entre proprietários e inquilinos); a organização dos modos de transporte na cidade (com a ideia de que uma mudança de casa pode ser justificada para evitar os deslocamentos quotidianos); os modos de distribuição dos empregos nos espaços urbanos em função das profissões ou dos sectores profissionais (quando a mudança de residência está ligada ao decurso da vida profissional); mais geralmente, os modos de inserção das famílias e das redes de parentesco nos espaços urbanos, e a estruturação das redes de interconhecimento que podem ou não estar ligadas a fluxos migratórios.

Cada um destes parâmetros merecia discussão aprofundada. Nenhum pode ser isolado do contexto mais geral. A organização dos transportes depende, entre outros, da localização das actividades económicas. As características arquitectónicas dos alojamentos subordinam-se às iniciativas privadas ou às políticas públicas em matéria de construção e de gestão dos imóveis. O ritmo e a natureza dos fluxos migratórios, os padrões em matérias de inserção das redes de parentesco nos espaços urbanos procedem também das variações de localização das actividades económicas ao longo do tempo. É-se confrontado aqui com uma dimensão muitas vezes sublinhada da história das cidades: uma história total e de síntese, pela qual a abordagem monográfica foi durante muito tempo reconhecida como a mais capaz de restituir a complexidade. Como ordenar estes diferentes constrangimentos ou incitamentos pelos quais é difícil determinar *a priori* a importância relativa? Colocado desta maneira parece impossível resolver o problema. Comparar meios urbanos segundo o grau de mobilidade parece ser uma tarefa demasiado complexa. A mesma constatação poderia ser feita comparando diferentes épocas. De acordo com critérios objectivos, a partir de fontes como listas nominativas de recenseamentos – que infelizmente não existem, ou ainda não foram localizadas, no caso de Lisboa – pode-se, por exemplo, chegar à conclusão que a população duma mesma cidade apresenta maior mobilidade residencial na segunda metade do século XIX do que no século XX. Qual é o significado desta conclusão do ponto de vista da evolução da estruturação dos meios urbanos? É difícil dizer sem tomar em conta um vasto conjunto de parâmetros que estão, *de facto*, interligados. Sendo o objecto de observação directamente definido a partir dum contexto específico, é difícil alcançar conclusões assaz fundamentadas.

3. Comparar projectos

Comparar níveis de estabilidade residencial parece pouco viável dado o parâmetro da mudança de residência não ter o mesmo significado em função dos contextos sociais. Em que medida a reconstituição dos percursos ou dos itinerários, ao longo de uma vida ou de varias gerações, é suficiente para se apreender a ligação constituída pelos indivíduos ou pelas famílias com os espaços residenciais? Mais do que uma noção como o grau geral de estabilidade residencial, é a questão do valor atribuído ao elo residencial que tem de ficar no âmago das interrogações. É aqui que intervem a noção de “projecto” que pressupõe desviar o olhar da observação. Já não são indivíduos ou comportamentos individuais isolados que estão em foco, mas sim situações ou jogos de relações interpessoais, às quais podemos tentar determinar as lógicas subjacentes, situando-as no tempo e no espaço. Um tal objecto de estudo tem a vantagem de integrar a noção de contexto. Já não é definido a partir dos contextos ou das realidades dos meios ou dos espaços urbanos²⁷.

Fui buscar a noção de “projecto” ao livro *Les Sentiers Invisibles* do historiador e demógrafo Paul-André Rosental²⁸. Neste estudo, que trata das mobilidades das populações na França do século XIX, é criticado o modelo tradicional das migrações massivas dos campos para as cidades – o famoso êxodo rural – que teriam sucedido a uma longa fase de imobilidade das populações. Paul-André Rosental afasta-se da observação de fluxos migratórios globais, tradicionalmente explicados a partir de uma série de causalidades externas, geralmente de natureza económica – procurar melhores empregos, uma melhor vida – mas também cultural – o fascínio e a atracção pelas cidades modernas. Dedicar-se à análise de mecanismos de maturação de media ou longa duração, observáveis à escala do parentesco ou das redes de relações entre familiares. Estes mecanismos, designados por “projectos migratórios”, dão relevo a algumas formas de mediações concretas entre o contexto social geral e a diversidade dos destinos individuais. Como definição privilegiada da ancoragem espacial, a noção de território é preferida à de residência. O território implica uma leitura configuracional das relações ao espaço de vida, integrando designadamente o papel dos laços de parentesco. Logo, a análise dos projectos migratórios centra-se nas articulações entre dinâmicas familiares, extensões do território local e acessos a novas áreas profissionais.

²⁷ M. Agier, “Les savoirs urbains...”, op. cit.

²⁸ Paul-André Rosental, *Les sentiers invisibles. Espaces, familles et migrations dans la France du 19^e siècle*, Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1999, 255 p.

O interesse desta noção de “projecto migratório” é duplo. Permite ter em conta a diversidade das trajetórias e dos comportamentos dos indivíduos migrantes ou não-migrantes. As conclusões do inquérito têm por objectivo explicar ou interpretar o conjunto dos comportamentos, até os menos frequentes. Na verdade, esta abordagem empenha-se em “erigir um registo explicativo colectivo integrando a diversidade das situações particulares”²⁹. Por isso, Paul-André Rosental nunca exclui da sua análise das migrações o caso dos sedentários. O segundo interesse desta noção é permitir um nível de generalização suficiente para poder encarar comparações entre períodos, regiões ou países. Focando os intermediários concretos das acções individuais, o “projecto migratório” engloba na sua definição os contextos sociais locais.

Pensar as mobilidades residenciais na cidade em termo de projecto muda bastante as perspectivas e permite avançar na ideia de comparar meios urbanos. Ainda com base nos registos paroquiais e civis, em vez de se concentrar nas posições individuais, pode-se tentar reconstruir relações entre indivíduos: os casais, as redes de interconhecimento que podem ser detectadas com a menção da identidade dos padrinhos. Esta abordagem inscreve-se também numa leitura configuracional dos factos observados. Trata-se de voltar a trabalhar informações simples como a residência, a estabilidade residencial ao longo da vida, ou a profissão, passando da escala individual à escala das relações. Não são reconstituídas redes complexas egocentradas – este tipo de fonte não o permite – mas sim o que chamo universos relacionais ou lógicas sociais. Com base em observações concretas – quem frequenta quem (?); quem está próximo de quem (?) – trata-se de determinar como os indivíduos estabelecem ligações entre eles e segundo que lógicas. Esta nova abordagem modifica profundamente a percepção que podemos ter da noção de estabilidade residencial.

As evoluções das práticas relacionais das famílias que têm uma ligação forte e durável com Alcântara dão uma boa ilustração dos novos tipos de observação agora alcançáveis. Considero que os casais cujos dois parceiros nasceram em Alcântara e que vivem no início da vida adulta em Alcântara têm vidas marcadas por uma relação forte e algo exclusiva com Alcântara, mas também provavelmente com uma grande estabilidade residencial, pelo menos no quadro do bairro. Na primeira década do século XX, estes casais parecem tributários de uma experiência de vida particular. Distinguem-se nas suas escolhas relacionais. Se tomamos como grelha de leitura a comparação entre

²⁹ Ibid., p. 211.

a profissão dos pais e dos padrinhos, chegamos à conclusão que este grupo é bastante mais fechado sobre si. A nível social equivalente – ou seja, com a mesma profissão – estabelece menos contactos com outros grupos socioprofissionais. Por exemplo, os casais cujo homem possui uma profissão ou um ofício qualificado (serralheiro, carpinteiro, caldeireiro, etc.) muitas vezes não estão em contacto com os pequenos empregados do sector terciário (empregado do Estado ou de grandes empresas como a Carris). Nesta altura, conceber grande parte ou a totalidade da sua existência com Alcântara como único horizonte – ter nascido, viver, casar-se ou viver maritalmente com uma pessoa do mesmo bairro – influência bastante a posição no jogo relacional local.

Pelo contrário, nos anos 30, ter uma ligação íntima e quase exclusiva com Alcântara tem menos incidências nos comportamentos relacionais. Os casais que possuem, segundo os mesmos critérios já enunciados, uma ligação forte com Alcântara já não se distinguem nas suas escolhas e nas suas práticas relacionais. Nesta altura, poderíamos resumir a situação com a ideia de que ser de Alcântara quer dizer sobretudo ser lisboeta. A relação residencial com o bairro está então provavelmente mais directamente posta em concorrência com outros tipos de relações ao espaço urbano, relações que se forjam, por exemplo, por ocasião das mobilidades quotidianas na cidade. O critério da estabilidade residencial já não é suficiente para determinar o modo de afiliação dos indivíduos e das famílias ao espaço urbano.

Em Alcântara, mudar de residência ou, pelo contrário, ser fiel a um mesmo espaço residencial, um mesmo bairro, não tem sempre o mesmo valor, o mesmo significado e as mesmas consequências nas formas locais de estruturação do social. Entre o início do século XX e os anos 30, no intervalo de uma geração, a interpretação que é possível dar à estabilidade residencial alterou-se de maneira bastante significativa. Esta evolução restringe, na verdade, as possibilidades de comparação, com base neste parâmetro isolado, dos comportamentos entre meios urbanos ou entre várias gerações.

As relações sociais não se ordenam de maneira contínua e estável segundo parâmetros simples como a profissão ou a origem. Certamente, a análise dos universos relacionais permite destacar formas relativamente consistentes de estratificação social que podem ser remetidas para a desigualdade de posições. O caso mais óbvio é o dos “trabalhadores”, indivíduos sem qualificação profissional, que ficam muitas vezes isolados no jogo relacional local. No entanto, não existe determinismo absoluto que possa fixar de uma vez por todas o lugar de cada um e que engendre destinos tipos. Em

função dos percursos, das experiências, das vivências individuais ou familiares, os indivíduos têm uma certa percepção do meio onde vivem e das possibilidades ou das ocasiões que lhe são oferecidas³⁰. Apresentar estas práticas relacionais como projecto permite elaborar um quadro interpretativo geral dos modos de integração dos indivíduos nestes meios urbanos. Reconstituindo universos relacionais à escala do parentesco e numa longa duração, é possível destacar projectos de vidas que podem ou não incluir mobilidades sociais. Estamos aqui no domínio do comparável.

Em Alcântara, nas primeiras décadas do século XX, alguns casais iniciam um processo de abertura do seu campo relacional fora do grupo socioprofissional de origem. Para outros, é um processo contrário que se opera: um fechamento ou, ainda, um desinteresse em relação às possibilidades de valorização de um capital social constituído por relações. No início do século, a natureza do elo residencial – a sua estabilidade ou não – impõe-se como um critério pertinente para diferenciar estes casais. Nos anos 30, é a profissão ou, melhor, o estatuto profissional do pai que parece determinante. Estas observações remetem para um modelo de evolução geral das sociedades urbanas contemporâneas onde as ligações de tipo comunitário – em torno do espaço residencial e do bairro – são pouco a pouco suplantadas pelas ligações de tipo estatutário – em torno da profissão ou do estatuto profissional). Apresentado desta maneira, este modelo é sem dúvida demasiado rígido. Uma abordagem comparativa entre diferentes meios urbanos permitiria, provavelmente, perceber melhor o significado de tais evoluções, as diferenças de ritmos, os conflitos de temporalidade e, sobretudo, apreender os limites, as formas de resistência ou de negociação.

Hoje em dia, os historiadores já não podem limitar-se a circunscrever a complexidade intrínseca das sociedades urbanas contemporâneas. Estudos excessivamente sectoriais podem conduzir a conclusões erradas ou parcelares. Escrever a história das populações urbanas, reconstituir a evolução dos modos de viver nas grandes cidades, implica repensar a história não em termos de categoria, proporção e frequência dos fenómenos mas sim de inter-relações e de situações. Uma série de exercícios experimentais, visando analisar os modos de estruturação de redes sociais em

³⁰ A noção de ocasião encontra-se também no âmago da demonstração de Paul-André Rosental.

várias cidades europeias, levou Maurizio Gribaudi a concluir ser “necessário deixar de pensar nos fenómenos sociais a partir da sua difusão e da frequência de uma prática para tentar imaginar conceitos fundados na modalidade segundo as quais várias práticas se conjugam nos contextos sociais”³¹. No caso dos habitantes da Rua da Cruz e da Rua Feliciano de Sousa, em Alcântara, afirmar que a evolução dos modos de habitar se caracteriza por uma estabilidade residencial mais acentuada nos anos 30 do que nos primeiros anos do século XX, não tem grande significado se não é questionado antes de mais a evolução e a transformação do valor do elo residencial. Estudos à escala meso-social, situando os indivíduos nos meios envolventes, permitem repensar comportamentos e práticas em termo de projecto ligando vários parâmetros: itinerários residenciais, práticas relacionais, estratégias familiares, percursos profissionais. Por nunca separar ao longo da análise os processos ou factos sociais dos contextos locais ou supra-locais, tal abordagem abre possibilidades de comparação no tempo e no espaço.

³¹ Maurizio Gribaudi, “Avant-propos”, em M. Gribaudi (dir.), *Espaces Temporalités Stratifications. Exercices sur les réseaux sociaux*, Paris, Éditions de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1998, p. 37.